



LEI Nº 019/2026

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2027 e dá outras providências.

O POVO DO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS, POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS, APROVA E EU, EM SEU NOME, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art.1º. Em cumprimento às disposições da Constituição Federal, Constituição Estadual, da Lei Orgânica Municipal e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Divinópolis/MG para o exercício financeiro de 2027, compreendendo:

- I.** Disposições sobre prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II.** Estrutura do orçamento municipal;
- III.** Elaboração, alteração e execução orçamentária;
- IV.** Despesas de pessoal e encargos sociais;
- V.** Condições para concessão de recursos públicos;
- VI.** Alterações na legislação tributária;
- VII.** Disposições sobre a dívida pública municipal; e
- VIII.** Disposições finais.

Parágrafo único. Integram esta Lei, os seguintes Anexos, nos termos do art. 4º e seus §§ 1º a 3º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000:

- a)** Anexo I - Prioridades e Metas
- b)** Anexo II - Metas Fiscais; e
- c)** Anexo III - Riscos e Eventos Fiscais.

CAPÍTULO II **DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art.2º. As prioridades e as metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2027, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional e legal do Município e as de



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Rua Padre Jacinto, 16 – Centro - Divinópolis/MG - CEP 36.546-000
CNPJ: 18.128.280/0001-83

funcionamento dos órgãos e entidades municipais, são as constantes do Anexo I desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos na lei orçamentária de 2027 e na sua execução, não se constituindo em limite à programação das despesas.

§ 1º. O Orçamento Anual será elaborado em consonância com as prioridades e metas de que trata o caput deste artigo e deverão estar adequadas ao Plano Plurianual - PPA 2026/2029.

§ 2º. Na elaboração e durante a execução do Orçamento do exercício financeiro de 2027, o Poder Executivo poderá alterar as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades estabelecidas.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

Art.3º. O Orçamento para o exercício financeiro de 2027 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e será elaborado levando-se em conta à estrutura organizacional do Município e suas possíveis alterações.

Art.4º. A proposta orçamentária do Município evidenciará as receitas por rubricas e suas respectivas despesas, por função, subfunção, programa, projetos, atividades e operações especiais de cada unidade gestora e conterá:

- I.** Mensagem encaminhando o projeto de lei;
- II.** Texto da lei;
- III.** Demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas;
- IV.** Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
- V.** Quadro das dotações por órgãos de governo e administração;
- VI.** Demonstrativo da despesa por órgãos e funções;
- VII.** Programa de trabalho através da funcional programática; e
- VIII.** Demonstrativo da despesa segundo sua natureza.

Art.5º. Para efeito desta Lei entende-se por:

- I.** Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
- II.** Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;



III. Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV. Operação especial, as despesas que não contribuem para manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Parágrafo único. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas na proposta orçamentária de 2027 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais, por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, podendo ser readequadas e redefinidas a codificação e as especificações das fontes, obedecendo as normativas da Secretaria do Tesouro Nacional e/ou Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

CAPÍTULO IV

DA ELABORAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

Art.6º. A proposta orçamentária do Município, relativa ao exercício financeiro de 2027, deverá ser elaborada em conformidade com os diversos princípios, além dos contábeis geralmente aceitos, o de igualdade, prioridade de investimentos nas áreas sociais, austeridade na gestão dos recursos públicos, modernização na ação governamental, transparência na elaboração e execução do orçamento.

Art.7º. O Poder Legislativo elaborará seu detalhamento de despesas para o exercício financeiro de 2027, observadas as determinações contidas nesta Lei e no art. 29-A da Constituição Federal, devendo encaminhá-lo ao Poder Executivo até 30 (trinta) dias antes do prazo de remessa do projeto de lei orçamentária de 2027 à Câmara Municipal.

Art.8º. As emendas ao projeto de lei do orçamento devem obedecer ao disposto no §3º do art. 166, da Constituição Federal e na alínea “b” do inciso III do art. 160 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e não poderão indicar recursos provenientes de anulação das seguintes despesas:

- I.** Dotações com recursos vinculados;
- II.** Dotações referentes à contrapartida;
- III.** Dotações referentes a obras em andamento; e
- IV.** Dotações referentes a precatórios e sentenças judiciais.

Art.9º. O projeto de lei orçamentária de 2027 contemplará autorização ao Chefe do Poder Executivo municipal para abertura de créditos adicionais suplementares, observando o disposto na Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, visando:

- I.** Criar, quando for o caso, natureza de despesa em categoria de programação já existente;



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÉSIA
Rua Padre Jacinto, 16 – Centro - Divinópolis/MG - CEP 36.546-000
CNPJ: 18.128.280/0001-83

II. Movimentar, internamente, o orçamento quando as dotações existentes se mostrarem insuficientes para a realização de determinadas despesas; e

III. Incorporar valores que excedam às previsões constantes da lei orçamentária.

IV. Abrir créditos suplementares até o valor correspondente ao superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2026, observado o disposto no inciso i do §1º e no §2º do art. 43 da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

V. Abrir créditos suplementares até o valor correspondente ao excesso de arrecadação apurado, observado o disposto no inciso ii do § 1º e no §3º do art. 43 da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Art.10. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, remanejar, transpor ou transferir, total ou parcialmente, as dotações aprovadas na Lei Orçamentária de 2027 ou em créditos adicionais, quando for necessária a repriorização de programas, ações ou gastos governamentais fixados na estrutura do orçamento, determinadas as respectivas realocações de recursos nos termos seguintes:

I. Remanejamento: realocações na organização do ente público, com destinação de recurso de um órgão, secretaria, departamento, ou congênere para outro, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no parágrafo único do art.5º desta Lei;

II. Transposição: realocações no âmbito dos programas de trabalho já existentes no orçamento do órgão executor das ações governamentais;

III. Transferência: realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão, secretaria, departamento ou congênere e do mesmo programa de trabalho, em função da repriorização dos gastos a serem efetuados.

Parágrafo único. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2027 ou em créditos adicionais.

Art.11. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, incluir ou alterar fontes de recursos nas dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2027, respeitadas as devidas vinculações.

Parágrafo único. A movimentação entre fontes de recursos de uma única dotação orçamentária não configura abertura de crédito adicional.

Art.12. O Governo Municipal destinará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos e das transferências federais e estaduais de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino, como estabelece o caput do art. 212 da Constituição e a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÉSIA

Rua Padre Jacinto, 16 – Centro - Divinópolis/MG - CEP 36.546-000

CNPJ: 18.128.280/0001-83

Parágrafo único. O Município aplicará parte dos recursos a que se refere o caput deste artigo, na manutenção e no desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, nos termos estabelecidos no art. 212-A da Constituição Federal.

Art.13. A proposta orçamentária consignará previsão de recursos para financiamento das ações e serviços públicos de saúde no ano de 2027, no mínimo, de 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b” e seu §3º, da Constituição Federal.

Art.14. A Lei Orçamentária de 2027 deverá conter Reserva de Contingência, limitada a 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, os riscos e eventos fiscais, dentre outros imprevistos e imprevisíveis, além da necessidade da obtenção de resultado primário positivo, se for o caso.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entendem-se como eventos e riscos fiscais imprevistos e imprevisíveis, entre outros, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais às necessidades do Poder Público.

Art.15. Considera-se despesa irrelevante para fins do disposto no §3º do art.16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a despesa cujo valor não ultrapasse os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Art.16. Até 30 (trinta) dias após a aprovação e publicação da Lei Orçamentária de 2027, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, bem como as metas bimestrais de arrecadação.

Parágrafo único. O cronograma anual de desembolso mensal do Poder Legislativo terá como referencial o repasse previsto no art.168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos, respeitado o limite constitucional, o prazo mensal e a proporção fixada na Lei Orçamentária de 2027, em observância as regras dispostas no art. 29-A da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021.

Art.17. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, os Poderes Executivo e Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais, calculado de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2027.

§ 1º. Excluem do caput deste artigo às despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÉZIA
Rua Padre Jacinto, 16 – Centro - Divinópolis/MG - CEP 36.546-000
CNPJ: 18.128.280/0001-83

§ 2º. Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e para movimentação financeira.

§ 3º. Para efeito de aplicação deste artigo serão considerados, preferencialmente, os recursos orçamentários destinados às despesas de capital e às despesas correntes que não são afetas a serviços básicos.

§ 4º. No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art.18. Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, conforme disposto no art. 100 da Constituição Federal.

Art.19. A destinação de recursos para novos projetos somente será permitida depois de adequadamente atendidos os projetos em andamento e as despesas de conservação do patrimônio, salvos os projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

CAPÍTULO V
DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art.20. Para efeito do disposto nos incisos V e X do art. 37, observado o inciso II, §1º e caput do art.169, da Constituição Federal, com as disposições contidas na Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, fica estabelecido que a Administração Direta e Indireta, e o Poder Legislativo, poderão criar cargos, empregos e funções, alterar a estrutura de carreira, realizar concurso público, conceder qualquer vantagem, corrigir, reajustar ou aumentar a remuneração dos servidores públicos municipais e admitir pessoal, mediante lei e prévia dotação orçamentária suficiente para atendimento da respectiva despesa, de acordo com os limites constitucionais e legais.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes dos atos dispostos no caput deste artigo deverão estar previstos no Orçamento de 2027 ou acrescidos por créditos adicionais.

Art.21. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, respectivamente, não excederá os limites de 54% (cinquenta e quatro por cento) e 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida, observados os limites prudenciais.

Art.22. No exercício financeiro de 2027 a realização de hora extra, quando a despesa com pessoal houver excedido o limite disposto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, somente poderá ocorrer nos casos de necessidade temporária de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente.

Art.23. Serão considerados contratos de terceirização de mão-de-obra, para efeito do disposto no §1º do art.18 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as despesas provenientes de



contratação de pessoal para substituição de servidores pertencentes a categorias funcionais abrangidas por planos de cargos do quadro de pessoal de órgão ou entidade, desde que haja vacância dos cargos a serem substituídos, sendo tais despesas contabilizadas como Outras Despesas de Pessoal.

CAPÍTULO VI

DAS CONDIÇÕES PARA CONCESSÃO DE RECURSOS PÚBLICOS

Art.24. O Poder Executivo poderá, mediante autorização legislativa específica, transferir recursos do Tesouro Municipal, a título de subvenção social, às entidades sem fins lucrativos, as quais desenvolvam atividades nas áreas social, médica, educacional, cultural e desportiva, desde que estejam legalmente constituídas, em observância as regras aplicáveis à concessão de recursos públicos.

§ 1º. As entidades beneficiadas nos termos do caput deste artigo deverão prestar contas dos recursos recebidos ao Poder Executivo.

§ 2º. Fica vedada à concessão de subvenção a entidades que não cumprirem as exigências do §1º deste artigo, assim como as que não tiverem suas contas aprovadas pelo Poder Executivo.

Art.25. O Poder Executivo poderá destinar recursos para pessoas físicas ou jurídicas situadas no Município, visando cobrir suas necessidades ou déficit, respectivamente, observadas as disposições contidas em lei específica.

Art. 26. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo, bem como a observância da legislação as quais regem as transferências de recursos públicos, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

CAPÍTULO VII

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art.27. Qualquer Projeto de Lei que conceda ou amplie incentivos, isenção ou benefícios de natureza tributária ou financeira, que gere efeitos sobre a receita estimada para o Orçamento de 2027, deverá, para sua aprovação, observar os termos do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no que couber.

Art.28. O Chefe do Poder Executivo, autorizado em lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nesses casos, serem considerados os cálculos da estimativa da receita.



CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art.29. A administração da dívida pública municipal interna ou externa terá por objetivo principal a minimização de custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o tesouro municipal.

Art.30. Observada a legislação vigente, o Município poderá realizar operações de crédito destinadas a financiar despesas de capital previstas no Orçamento.

Art.31. A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art.32. As operações de crédito deverão ser autorizadas por lei específica e constar do Orçamento Anual para 2027.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.33. A despesa de competência de outros entes da Federação só será assumida pelo Município quando firmado convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, previsto recurso na lei orçamentária e que visem ao desenvolvimento municipal.

Art.34. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar os custos de cada ação governamental.

Art.35. A Proposta Orçamentária do Município, relativa ao exercício de 2027, deverá ser elaborada de conformidade com o princípio de transparência dos atos de gestão, além dos princípios contábeis geralmente aceitos, a fim de garantir o livre acesso e participação dos cidadãos às informações relativas à elaboração, execução e acompanhamento do orçamento, inclusive na discussão em audiências públicas.

Parágrafo único. São instrumentos de transparência dos atos de gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

- I.** Lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;
- II.** Relatórios resumidos da execução orçamentária;
- III.** Relatórios de gestão fiscal;
- IV.** Balanço geral anual;
- V.** Audiências públicas; e



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

Rua Padre Jacinto, 16 – Centro - Divinópolis/MG - CEP 36.546-000

CNPJ: 18.128.280/0001-83

VI. Leis, os decretos, as portarias e demais atos do executivo.

Art.36. O Projeto de Lei Orçamentária de 2027 deverá ser enviado ao Poder Executivo até o dia 31 de dezembro de 2025.

§ 1º. Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2027 não seja enviado no prazo disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária vigente, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária de 2027.

§ 2º. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no §1º serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, por meio da abertura de créditos adicionais suplementares, usando como fontes de recursos o superávit financeiro, o excesso de arrecadação e a anulação de saldos de dotações não comprometidas.

Art.37. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 11 de junho de 2026.

Cirlei Elisabete de Freitas
Prefeita Municipal



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Rua Padre Jacinto, 16 – Centro - Divinópolis/MG - CEP 36.546-000
CNPJ: 18.128.280/0001-83

ANEXO I

METAS E PRIORIDADES

LDO 2027



1 - Programa (Denominação): 000 - ENCARGOS ESPECIAIS

2 - Ações:

Título da Ação	
9.001 - RECOLHIMENTO DO PASEP	
Finalidade:	• Recolher a contribuição para a formação do patrimônio do servidor público.
9.002 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA	
Finalidade:	• Cumprimento de obrigações pactuadas.
9.003 - PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	
Finalidade:	• Atendimento à determinação judicial.



1 - Programa (Denominação): 001 - PROCESSO LEGISLATIVO

2 - Ações:

Titulo da Ação
1.001 - AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA CÂMARA MUNICIPAL
Finalidade: • Aquisição de veículos que se fizerem necessários para o bom desenvolvimento das atividade.
2.001 - REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLITICOS
Finalidade: • Assegurar o funcionamento e proporcionar condições para realização das ações do legislativo com eficiência.
1.002 - AMPLIAÇÃO/REFORMA DA SEDE DA CAMARA MUNICIPAL
Finalidade: • Estruturar o Poder Legislativo Municipal.
2.002 - DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE LEGISLATIVA
Finalidade: • Desempenhar as ações de legislar e fiscalizar a administração municipal.
1.003 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL
Finalidade: • Aquisição de equipamentos que se fizerem necessários para o bom desenvolvimento das atividade.



1 - Programa (Denominação): 002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA

2 - Ações:

Titulo da Ação
2.003 - ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Finalidade: • Planejar, organizar, gerenciar, controlar e avaliar as iniciativas executadas no município relacionadas a Administração.
2.004 - ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
Finalidade: • Promover ações centrais da administração.
1.004 - ESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Finalidade: • Fortalecer a estrutura física e operacional da Secretaria de Administração, garantindo melhores condições de trabalho e eficiência na gestão pública.
2.005 - CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO
Finalidade: • Contribuição à entidades sem fins lucrativos para apoio técnico e operacional ao Município.
2.006 - PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS
Finalidade: • Publicar os atos oficiais do município nos órgãos pertinentes.
2.007 - CONTRATO DE RATEIO - CIMVALPI ADMINISTRAÇÃO
Finalidade: • Participação em consórcio público para realização dos projetos e atividades do Município com maior efetividade e menor custo.
2.008 - PROGRAMA "DIVINÓPOLIS REGULARIZA"
Finalidade: • Promover a titulação e a regularização fundiária, para garantir o direito social à moradia, ao acesso a serviços públicos, a cidadania e melhoria na qualidade de vida da população beneficiária.
2.009 - CONVENIO COM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Finalidade: • Manter e melhorar o convênio junto ao Tribunal de Justiça.
2.010 - CONVENIO COM A POLICIA CIVIL
Finalidade: • Manutenção do convênio com a entidade estadual visando a melhoria das ações inerentes ao Estado, com a finalidade de melhorar o bem estar da população.
2.011 - CONVENIO COM O CBMMG - 2ªCIA/4ºBBM
Finalidade: • Firmar/manter Convênio com o Corpo de Bombeiros para manutenção das atividades de fiscalização. • Realizar através da Organização de Bombeiro Militar a cuja circunscrição pertence o município o planejamento e coordenação da execução do serviço de prevenção e extinção de incêndios, de busca e salvamento de vidas e de proteção de bens materiais e sinistros de qualquer natureza. • Capacitar funcionários municipais e voluntários para atuação conjunta em ações de defesa civil. • Incentivar a integração das brigadas industriais de incêndio e segmentos organizados da comunidade local, visando estruturar respostas de reação a eventuais sinistros de forma pronta e organizada. • Assessorar o poder público municipal nos assuntos ligados a defesa civil e a segurança contra incêndios. • Promover através da organização de Bombeiro Militar mais próxima da sede do município o atendimento das chamadas de ocorrências que caracterizem o perfil de atendimento proposto pelo Corpo de Bombeiros Militar.
2.012 - CONVENIO COM A POLICIA MILITAR
Finalidade: • Manutenção do convênio com a entidade estadual visando a melhoria das ações inerentes ao Estado, com a finalidade de melhorar o bem estar da população.
2.013 - DESENVOLVIMENTO ATIVIDADES DA COMPDEC
Finalidade: • Promover ações preventivas, de socorro assistencial e reconstrutiva, visando evitar/minimizar desastres em manutenção da normalidade social.
2.014 - CONVÊNIO COM O SEBRAE
Finalidade: • Manter e melhorar o convênio junto ao SEBRAE.



1 - Programa (Denominação): 003 - GESTÃO FINANCEIRA RESPONSÁVEL

2 - Ações:

Título da Ação	
2.015 - ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FAZENDA	
Finalidade:	• Organizar, gerenciar e controlar os recursos financeiros do município com transparência, prestar serviço de excelência, sendo referência no uso de tecnologia e gestão.
2.016 - PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	
Finalidade:	• Pagamento de proventos de aposentadoria e pensionistas de responsabilidade do Tesouro Municipal.



1 - Programa (Denominação): 004 - EDUCAÇÃO DO FUTURO SE FAZ NO PRESENTE

2 - Ações:

Titulo da Ação
1.005 - ESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Finalidade: • Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Gestão de Educação por meio de investimentos em infraestrutura e recursos materiais.
1.006 - AQUISIÇÃO VEICULO TRANSPORTE ESCOLAR
Finalidade: • Substituir gradativamente os veículos do transporte escolar em parceria com a união, proporcionando segurança e conforto para os alunos.
1.007 - ESTRUTURAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Finalidade: • Investimento na estrutura física das escolas para garantir um ensino de qualidade aos alunos.
1.008 - ESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Finalidade: • Investimento na estrutura física das escolas de educação infantil creche/pré-escola para garantir um ensino de qualidade aos alunos. • Equipar escola de educação Infantil creche/pré-escola para a melhoria da qualidade do ensino.
2.017 - ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Finalidade: • Assegurar a execução das atividades realizadas pela secretaria municipal de educação para favorecer a efetivação de projetos e planejamentos de forma democrática, participativa e transparente.
2.018 - FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS DA EDUCAÇÃO
Finalidade: ► Meta 20 PMDE - Garantir atuação eficiente: • Conselho municipal de educação – CME. • Conselho de alimentação escolar - CAE.
2.019 - AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR
Finalidade: Distribuir alimentação escolar com qualidade e quantidade adequada em macro e micro nutrientes, com vista a atender as necessidades nutricionais dos educandos conforme exigências do FNDE.
2.020 - ATIVIDADES DE APOIO - ENSINO SUPERIOR/PROFISSIONAL
Finalidade: • Apoio e incentivo para formação superior/profissionalizante.
2.021 - TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Finalidade: • Garantir transporte gratuito e de qualidade para os alunos da educação básica.
2.022 - ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
Finalidade: • Garantir ensino de qualidade para que as crianças concluam o ensino fundamental de 9 anos na idade certa e sejam alfabetizadas até o final do ciclo inicial de alfabetização.
2.023 - EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - ENSINO FUNDAMENTAL
Finalidade: • Manter a oferta de tempo integral para os alunos do ensino fundamental.
2.024 - ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL/PRE-ESCOLAR
Finalidade: • Oferecer atividades de desenvolvimento dos alunos com qualidade e desempenho.
2.025 - ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE
Finalidade: • Oferecer atividades de desenvolvimento dos alunos com qualidade e desempenho.
2.026 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS
Finalidade: • Manutenção e Revitalização da Educação de Jovens e Adultos
2.027 - EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA
Finalidade: • Assegurar a inclusão e permanência escolar de alunos com necessidades especiais de 4 a 10 anos.



1 - Programa (Denominação): 005 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO: " MEMORIAL DA VIDA"

2 - Ações:

Título da Ação	
1.009 - REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	
Finalidade:	• Preservação e valorização dos bens culturais locais, promovendo a memória e identidade da comunidade.
2.028 - PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	
Finalidade:	• Garantir a integridade do patrimônio histórico e cultural do Município.
2.029 - DESENVOLVIMENTO ATIVIDADES DE CULTURA	
Finalidade:	• Assegurar e ampliar o desenvolvimento das atividades relacionadas ao calendário cultural do município. • Despertar na população do Município o interesse pela cultura.
2.030 - AÇÕES EMERGENCIAIS DE INCENTIVO A CULTURA	
Finalidade:	• Apoiar trabalhadores da cultura, espaços culturais e iniciativas artísticas em situações emergenciais, garantindo a continuidade da produção cultural e o acesso à arte.



1 - Programa (Denominação): 006 - ESPORTE PARA TODOS

2 - Ações:

Título da Ação	
1.010 - CONSTRUÇÃO/REFORMA DE CENTROS DESPORTIVOS	
Finalidade:	• Oportunizar melhores condições aos atletas do futebol amador. • Viabilizar conforto para os habitantes e torcedores acompanharem aos campeonatos e torneio de futebol.
2.033 - DESENVOLVIMENTO ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER	
Finalidade:	• Apoiar e melhorar a estrutura do esporte, oferecendo condições dignas para treinos e campeonatos no âmbito municipal, regional e estadual. • Promover o acesso universal e a inclusão social ao esporte e ao lazer por meio do fomento, ações formativas e de promoção de atividades esportivas, recreativas e de lazer.



1 - Programa (Denominação): 007 - DIVINÓPOLIS TURÍSTICA

2 - Ações:

Título da Ação	
2.031 - DESENVOLVIMENTO ATIVIDADES DE TURISMO	
Finalidade:	- Fomentar a atividade turística local e regional para o desenvolvimento econômico, oportunizando divulgar as potencialidades locais e regionais. - Ampliar o fluxo turístico e a permanência dos turistas, fortalecendo diversos ramos da atividade econômica.
2.032 - CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES DE APOIO TURÍSTICO	
Finalidade:	Contribuição à entidade sem fins lucrativos para apoio técnico e operacional ao Município.



1 - Programa (Denominação): 008 - AQUI TEM SAÚDE

2 - Ações:

Título da Ação	
1.011 - AQUISIÇÃO/ESTRUTURAÇÃO - ATENÇÃO BÁSICA	
Finalidade:	• Garantir estrutura adequada para acolhimento e ações preventivas dos pacientes. • Aumentar os atendimentos de rotina, acompanhamento e prevenção nas UBS.
1.012 - AQUISIÇÃO/ESTRUTURAÇÃO - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	
Finalidade:	• Manter uma estrutura com capacidade para realização das ações de saúde.
1.013 - AQUISIÇÃO/ESTRUTURAÇÃO - ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	
Finalidade:	• Manter uma estrutura com capacidade para realização das ações de suporte profilático e terapêutico.
1.014 - AQUISIÇÃO/ESTRUTURAÇÃO - VIGILANCIA SANITARIA	
Finalidade:	• Manter uma estrutura com capacidade para realização das ações de saúde.
1.015 - AQUISIÇÃO/ESTRUTURAÇÃO - VIGILANCIA EPEMIOLOGICA	
Finalidade:	• Manter uma estrutura com capacidade para realização das ações de saúde.
2.034 - ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE	
Finalidade:	• Aperfeiçoar a gestão por meio do desenvolvimento de estratégias que promovam a execução das políticas via relacionamentos institucionais, com segurança jurídica, competência, avaliação permanente, comunicação eficaz e muito diálogo com todos os setores da sociedade.
2.035 - AÇÕES E SERVIÇOS SAUDE - ATENÇÃO BÁSICA	
Finalidade:	• Fortalecimento dos serviços no atendimento das necessidades de saúde.
2.036 - PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	
Finalidade:	• A estratégia saúde da família (ESF) visa à reorganização da atenção básica no país de acordo com os preceitos do sistema único de saúde, e é tida como estratégia de expansão, qualificação e consolidação da atenção básica por favorecer uma reorientação do processo de trabalho com maior potencial de aprofundar os princípios, diretrizes e fundamentos da atenção básica, de ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades.
2.037 - PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL - SB	
Finalidade:	• Promoção, prevenção, manutenção e restauração da saúde bucal dos munícipes, no tocante à atenção primária em saúde.
2.038 - AGENTES COMUNITARIOS DE SAÚDE - ACS	
Finalidade:	• Manutenção das atividades da equipe de agentes de saúde.
2.039 - AÇÕES E SERVIÇOS SAUDE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	
Finalidade:	• Promover o atendimento psicossocial ao paciente portador de sofrimento mental dentro do município, com psicólogos e psiquiatra atuando na atenção básica.
2.040 - CONTRATO DE RATEIO - SIM SAUDE	
Finalidade:	• Promover à população que dela necessite, atendimento em especialidades médicas e procedimentos que inexistem no município.
2.041 - CONTRATO DE RATEIO - CISDESTE	
Finalidade:	• Executar ações de média e alta complexidade da rede municipal. • Garantir o cumprimento das metas do pacto dos indicadores da atenção especializada.
2.042 - CONTRIBUIÇÃO AO CONASEMS	
Finalidade:	• Gestão plena MAC.
2.043 - AÇÕES E SERVIÇOS SAUDE - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	
Finalidade:	• Manter e desenvolver a distribuição de medicamentos básicos (atenção primária à saúde), estratégicos (utilizados contra doenças que são problemas de saúde pública), e os do chamado Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), que contempla medicamentos para doenças raras, de baixa prevalência ou uso crônico.
2.044 - AÇÕES E SERVIÇOS SAUDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
Finalidade:	• Ações de controle e prevenção que atinjam a toda a população.
2.045 - AÇÕES E SERVIÇOS SAUDE - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
Finalidade:	• Promover ações de controle e prevenções no que concerne à vigilância epidemiológica, ambiental e de zoonoses.
2.046 - PROGRAMA MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO	
Finalidade:	• Manter as ações de monitoramento de a situação alimentar e nutricional, de pessoas desnutridas, em risco nutricional, com sobrepeso ou obesas, em qualquer fase do ciclo de vida.



1 - Programa (Denominação): 009 - MELHORANDO DIVINÓPOLIS

2 - Ações:

Título da Ação	
1.016 - MELHORIAS DA INFRAESTRUTURA URBANA	
Finalidade:	• Promover a modernização e ampliação da infraestrutura urbana, garantindo acessibilidade, mobilidade, saneamento e espaços públicos adequados.
1.017 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	
Finalidade:	• Promover fluidez viária, proporcionando aos usuários deslocamentos mais seguros, favorecendo suas atividades sociais e econômicas, por meio de obras de infraestrutura, de pavimentação e de ações que priorizem o transporte coletivo e individual.
1.019 - CONSTRUÇÃO/REFORMA DE SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL	
Finalidade:	• Coleta e o esgotamento das águas de chuva, de forma a evitar a ocorrência de erosões nos taludes e no sistema viário e também evitar o aumento da quantidade de percolados por infiltrações superficiais.
1.022 - EXPANSÃO/MELHORIAS DA REDE ELÉTRICA	
Finalidade:	• Ampliar e modernizar a Rede de Iluminação Pública, garantindo a segurança da população.
2.047 - ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO	
Finalidade:	• Desenvolver a infraestrutura urbana e o ambiente de forma sustentável.
2.048 - DESENVOLVIMENTO SERVIÇOS PRAÇAS, PARQUES E JARDINS	
Finalidade:	• Organizar, gerenciar e controlar a manutenção de praças, parques e jardins. • Garantir as condições de utilização e segurança. • Manter e conservar praças e parques da cidade, proporcionando a ocupação sadia pela comunidade e contribuindo para a redução dos espaços propícios ao desenvolvimento da criminalidade
2.049 - DESENVOLVIMENTO SERVIÇOS FUNERÁRIOS	
Finalidade:	• Manter e ampliar a capacidade de atendimento a população com serviços funerários.
2.055 - DESENVOLVIMENTO ATIVIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
Finalidade:	• Ser eficaz na manutenção e operação do sistema de iluminação pública proporcionando maior segurança aos espaços públicos.



1 - Programa (Denominação): 010 - DIVINÓPOLIS MAIS SAUDÁVEL

2 - Ações:

Titulo da Ação
1.020 - AQUISIÇÃO/ESTRUTURAÇÃO - USINA DE RECICLAGEM
Finalidade: • Manter uma estrutura com capacidade para realização das ações de reciclagem.
1.021 - MELHORIAS DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO
Finalidade: • Melhorias na qualidade de saneamento do Município na captação de esgoto sanitário
2.052 - DESENVOLVIMENTO ATIVIDADES DE LIMPEZA URBANA
Finalidade: • Proporcionar condições ambientais de higiene e limpeza adequadas para a utilização dos espaços públicos.
2.053 - DESENVOLVIMENTO ATIVIDADES DO SERVIÇO DE ESGOTO
Finalidade: • Garantir a qualidade do saneamento básico, provendo a infraestrutura necessária à adequada coleta do esgoto sanitário no município.
2.054 - DESENVOLVIMENTO ATIVIDADES DA USINA DE RECICLAGEM
Finalidade: • Manutenção da capacidade usina para realização das ações de reciclagem.



1 - Programa (Denominação): 011 - TRANSPORTE SEGURO E EFICIENTE

2 - Ações:

Título da Ação	
1.023 - ESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES	
Finalidade:	Modernizar e ampliar os serviços de transporte rodoviário municipal, promovendo acessibilidade, segurança viária, integração regional e eficiência logística.
2.056 - ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES	
Finalidade:	Promover fluidez viária, proporcionando aos usuários deslocamentos mais seguros, favorecendo suas atividades sociais e econômicas.

**1 - Programa (Denominação): 012 - AGROPECUÁRIA "NOSSA RIQUEZA"****2 - Ações:**

Título da Ação	
1.024 - ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE AGROPECUÁRIA	
Finalidade:	• Criar e manter uma rede integrada de serviços que ofereça suporte técnico, logístico, educacional e ambiental aos produtores rurais, com foco na sustentabilidade, produtividade e inclusão.
2.057 - CONVENIO COM A EMATER	
Finalidade:	• Promover o desenvolvimento sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural, assegurando a melhoria de qualidade de vida da sociedade.
2.058 - DESENVOLVIMENTO SERVIÇOS DE AGROPECUÁRIA	
Finalidade:	• Desenvolver o produtor rural garantindo sua permanência na atividade e melhorando, por consequência, sua qualidade de vida. • Inseminação artificial, viveiro de mudas, fruticultura.
2.059 - CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES DE APOIO A AGROPECUÁRIA	
Finalidade:	• Contribuição à instituições sem fins lucrativos para apoio técnico e operacional aos produtores do município.
2.060 - REALIZAÇÃO DE EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA	
Finalidade:	• Prover conhecimentos e tecnologias adequadas para a adoção de soluções para do setor agropecuário, fomentando a competitividade a rentabilidade da produção, a segurança alimentar e nutricional, e o desenvolvimento da agropecuária. • Festividade.



1 - Programa (Denominação): 013 - AMBIENTE É O MEIO

2 - Ações:

Título da Ação	
1.025 - ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GESTÃO AMBIENTAL	
Finalidade:	• Manter e melhorar o indicador de qualidade da APA, buscando uma melhor pontuação para elevar o recebimento valor monetário do ICMS Ecológico.
2.061 - DESENVOLVIMENTO ATIVIDADES DA APA SERRANA	
Finalidade:	• Manter e melhorar o indicador de qualidade da APA, buscando uma melhor pontuação para elevar o recebimento valor monetário do ICMS Ecológico.
2.062 - DESENVOLVIMENTO ATIVIDADES DA APA DIVINÓPOLIS	
Finalidade:	• Manter e melhorar o indicador de qualidade da APA, buscando uma melhor pontuação para elevar o recebimento valor monetário do ICMS Ecológico.
2.063 - ATIVIDADES DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	
Finalidade:	• Conservação de Populações e Espécies – Flora e Fauna. • Minimizar os impactos ambientais devido à falta de informação.
2.064 - CONVENIO COM A POLICIA MILITAR AMBIENTAL	
Finalidade:	• Manutenção do convênio com a entidade estadual visando a melhoria das ações inerentes ao Estado, com a finalidade de melhorar o bem estar da população.



1 - Programa (Denominação): 014 - SUAS - CIDADANIA E DIGNIDADE

2 - Ações:

Título da Ação	
1.026 - AQUISIÇÃO/ESTRUTURAÇÃO DA SMAS	
Finalidade:	• Aprimoramento da gestão do SUAS.
1.027 - ESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA/CAD ÚNICO	
Finalidade:	• Aprimoramento do sistema.
1.028 - ESTRUTURAÇÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Finalidade:	• Aprimoramento da gestão do SUAS.
2.065 - SUBVENÇÕES A ENTIDADES ASSISTENCIAIS	
Finalidade:	• As subvenções concedidas visam garantir que as entidades que prestam serviços assistenciais possam manter suas atividades em pleno funcionamento.
2.066 - ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Finalidade:	• Garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.
2.067 - ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS	
Finalidade:	• Assegurar a maior eficácia das ações a serem desenvolvidas visando a conscientização e a redução das demandas de drogas.
2.068 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASS. SOCIAL	
Finalidade:	• Gestão orçamentária e financeira das receitas e despesas relativas ao conjunto de ações, serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.
2.069 - GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO	
Finalidade:	• Garantir o acesso das famílias mais pobres a rede de serviços públicos em especial aos de educação, saúde e assistência social, através da transferência direta de renda as famílias beneficiárias.
2.070 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - CMAS	
Finalidade:	• Estabelecer normas e fiscalizar a prestação dos serviços socioassistenciais estatais e não estatais no município.
2.071 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Finalidade:	• Ofertar ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, por meio do trabalho com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.
2.072 - PROCADSUAS	
Finalidade:	• Ampliar a capacidade de desenvolvimento das atividades de inclusão, atualização, revisão e averiguação cadastral, nas unidades do Suas dos Municípios.
2.073 - GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	
Finalidade:	• Ofertar benefícios eventuais/emergenciais aos cidadãos e suas famílias que não possuem condições de arcar por conta própria com o enfrentamento de situações adversas ou que fragilize a manutenção de sua família.
2.074 - EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA ASS. SOCIAL	
Finalidade:	• Execução de emendas parlamentares para assistência social.
2.075 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - CMDCA	
Finalidade:	• Deliberar, propor, refletir e debater qualquer questão sobre direitos humanos de crianças e adolescentes.
2.076 - SERVIÇO MUNICIPAL DE ACOLHIMENTO FAMILIAR	
Finalidade:	I – garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, possibilitando a reconstrução e o fortalecimento de vínculos e o rompimento do ciclo de violações de direitos; II – atuar em conjunto com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos para promover o acolhimento de crianças e adolescentes afastados temporariamente de sua família de origem por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei nº 8.069/1990, determinada pela autoridade judiciária competente, em família acolhedora, para garantir a proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente; III – proporcionar atendimento individualizado às crianças e adolescentes afastados de suas famílias naturais ou extensas, tendo em vista seus retornos às famílias de origem, quando possível, ou a inclusão em família substituta; IV – contribuir para a superação da situação vivida pelas crianças ou adolescentes, com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar, a colocação em família substituta, ou para a vida autônoma no caso dos adolescentes; V – articular recursos públicos e comunitários com vistas à potencialização das famílias acolhedoras e de origem, por meio da articulação com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas;
2.077 - CONVÊNIO COM O COMISSARIADO INFÂNCIA E JUVENTUDE	
Finalidade:	• Garantia de proteção legal de crianças e adolescentes, nas situações em que haja ameaça ou violação, por quem quer que seja (família, sociedade ou Poder Público) dos direitos que lhes são assegurados pela legislação brasileira.
2.078 - ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR	
Finalidade:	• Zelar pelo cumprimento de direitos. • Garantir absoluta prioridade na efetivação de direitos. • Orientar a construção da política municipal de atendimento.
2.079 - SOCIALIZAÇÃO DE IDOSOS	
Finalidade:	• Intervir nas dificuldades de indivíduos e comunidades através de ações e propostas de inclusão social e exercício pleno de cidadania.



1 - Programa (Denominação): 015 - MORADIA DIGNA

2 - Ações:

Título da Ação	
1.018 - CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	
Finalidade:	• Promover o acesso à moradia digna para famílias de baixa renda por meio da construção de unidades habitacionais sustentáveis e integradas à infraestrutura urbana.
2.050 - PROGRAMA HABITACIONAL RURAL "CONSTRUINDO SONHOS"	
Finalidade:	• Melhoria na condição de habitabilidade da população em situação de vulnerabilidade social.
2.051 - PROGRAMA HABITACIONAL URBANO "CONSTRUINDO SONHOS"	
Finalidade:	• Melhoria na condição de habitabilidade da população em situação de vulnerabilidade social.



1 - Programa (Denominação): 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

2 - Ações:

Título da Ação	
9.004 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
Finalidade:	• Cobrir a abertura de créditos adicionais (art. 91 do Decreto-lei nº 200, de 1967). • Atendimento de riscos fiscais antes quantificados na lei de diretrizes orçamentárias (art. 4º, § 3º c.c. art. 5º, III, ambos da LRF).



ANEXO II

METAS FISCAIS

LDO 2027



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027

ANEXO II **METAS FISCAIS**

Em atendimento ao disposto nos §§ 1º e 2º, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000) e em conformidade com o determinado na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda de nº 699, de 07 de julho de 2023, o presente Anexo de Metas Fiscais contém os seguintes demonstrativos:

- **Demonstrativo I – Metas Anuais (LRF, Art 4º, § 1º):**

Estabelece metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referem e para os dois seguintes.

- **Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso I)**

Compara as metas fixadas e o resultado obtido no exercício financeiro do segundo ano anterior ao ano de referência da LDO, incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

- **Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores (LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso II):**

Estabelece as metas anuais, instruídas com metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparadas com as metas fiscais fixadas nos três exercícios anteriores, com valores demonstrados a preços correntes e constantes.

- **Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido (LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso III):**

Contém a demonstração da evolução do patrimônio líquido dos últimos três exercícios anteriores ao ano de edição da respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

- **Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos (LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso III):**

Estabelece a Origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, sendo vedada a aplicação de receita de capital derivada de alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesas correntes, salvo se destinada por lei ao Regime Geral de Previdência Social ou ao RPPS.

- **Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial (RPPS) (LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso IV, alínea a):**



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÉSIA
Rua Padre Jacinto, 16 – Centro - Divinésia/MG - CEP 36.546-000
CNPJ: 18.128.280/0001-83

A avaliação da situação financeira é baseada no demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência social dos servidores Públicos, publicados no Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO do último bimestre do segundo ao quarto anos anteriores ao ano de referência da LDO.

Cumpre destacar que o município de Divinésia não possui na sua estrutura administrativa o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), logo, não há informações a serem apresentadas.

- **Demonstrativo VII** – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso V):

A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

- **Demonstrativo VIII** – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso V):

Estabelece a margem de expansão das despesas de caráter continuado acompanhado de análise técnica.

Os conceitos adotados na composição dos índices e valores do anexo de metas Fiscais tiveram como base a portaria STN nº 699, de 07 de julho de 2023, que aprova a 14º edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF aplicada a União, estados, Distrito Federal e Municípios, conforme a seguir:

1. Metas Anuais

1.1. Metas Anuais de 2027 a 2029

O Demonstrativo de Metas anuais contempla as informações relativas às receitas (total e primárias), despesas (total e primárias), resultados primário e nominal, dívida pública consolidada e dívida consolidada líquida, para o ano de referência da LDO e para os dois anos seguintes, em valores corrente e constante.

Este demonstrativo tem por objetivo, além de dar transparência sobre as metas fiscais relativas ao município, dando base à avaliação da política fiscal estabelecida pelo chefe do Poder Executivo para o triênio, orientar a elaboração do projeto de lei orçamentária anual de forma a permitir o alcance das metas conforme planejado.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- a) **Valor Corrente:** Identificam os valores das metas fiscais para o exercício financeiro a que se referem, utilizando o cenário macroeconômico de forma que os valores apresentados sejam claramente fundamentados.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

Rua Padre Jacinto, 16 – Centro - Divinópolis/MG - CEP 36.546-000

CNPJ: 18.128.280/0001-83

- b) Valor Constante:** Identificam os valores constantes que equivalem aos valores correntes abstraídos da variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, expurgando os índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor corrente, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da LDO.
- c) Receita Total (EXCETO FONTES RPPS):** corresponde às estimativas de receita total para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes não sendo consideradas as receitas com fontes do RPPS.
- d) Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS):** Corresponde a estimativas de Receitas Primárias do ente, exceto as receitas com fontes de recursos do RPPS, para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois exercícios seguintes.
- e) Receitas Primárias Correntes:** Corresponde a estimativas do ente para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois exercícios seguintes, das receitas correntes de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, Transferências Correntes e Demais Receitas Primárias Correntes (este item inclui as contribuições residuais que não se constituem recursos do RPPS do ente), deduzidas as aplicações financeiras e as outras receitas correntes financeiras.
- f) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria:** Corresponde às estimativas do município para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois exercícios seguintes, das receitas de impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- g) Transferências Correntes:** Registra a estimativa para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois exercícios seguintes, de ingressos dos recursos de outro ente ou entidade, recebedora ou transferidora (pessoas de direito público ou privado), realizados mediante condições preestabelecidas, ou mesmo sem qualquer exigência, isto é, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.

Registra também a estimativa de recursos oriundos de convênios firmados, com ou sem contraprestação de serviços, por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, destinados a custear despesas correntes.

- h) Demais Receitas Primárias Correntes:** corresponde a estimativa do ente para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois exercícios seguintes, das demais receitas correntes, com exceção de receitas recebidas com fontes de recurso do RPPS, não classificáveis nas categorias econômicas anteriores, tais como receita patrimonial (deduzidas das respectivas aplicações financeiras), agropecuária, receita industrial e receita de serviços, que se destinam às unidades gestoras dos respectivos recursos ou têm sua destinação estabelecida por legislação específica, bem como multas administrativas, contratuais e judiciais, indenizações, restituições e ressarcimentos, bens, direitos e valores incorporados ao Patrimônio Público e outras receitas de origens diversas ainda não contempladas nos itens anteriores.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÉZIA
Rua Padre Jacinto, 16 – Centro - Divinópolis/MG - CEP 36.546-000
CNPJ: 18.128.280/0001-83

- i) Receitas Primárias de Capital:** Corresponde à estimativa do ente para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois exercícios seguintes, das receitas de capital, com exceção de receitas recebidas com fontes de recurso do RPPS, deduzidas as operações de crédito, as amortizações de empréstimos, as receitas de alienação de investimentos temporários e de investimentos permanentes e as outras receitas de capital não primárias.
- j) Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS):** Corresponde aos valores estimados para as despesas totais para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes, não sendo consideradas as despesas custeadas com fontes de recursos do RPPS.
- k) Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS):** Corresponde aos valores estimados para as Despesas Primárias para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes.
- l) Despesas Primárias Correntes:** Registra o total estimado das despesas correntes, com exceção das despesas custeadas com fontes de recursos do RPPS deduzidos os juros e encargos da dívida, para o exercício financeiro, a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes.
- m) Pessoal e Encargos Sociais:** Registra os valores estimados, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes, das despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar 101, de 2000.
- n) Outras Despesas Correntes:** Corresponde aos valores estimados, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes, das despesas correntes que não se referem às despesas com pessoal e encargos sociais e nem a juros e encargos da dívida
- o) Despesas Primárias de Capital:** Registra os valores estimados, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes, das despesas de capital, com exceção das despesas custeadas com fontes de recursos do RPPS deduzidas as concessões de empréstimos e financiamentos, aquisições, de títulos de capital já integralizados, aquisições de títulos de crédito e amortizações da dívida.
- p) Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias:** Registra os valores estimados, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes, para os pagamentos de restos a pagar de despesas primárias, com exceção dos restos a pagar de despesas custeadas com fontes de recursos do RPPS.
- q) Receita Total (COM FONTES RPPS):** Registra as estimativas de receita total com fontes de recursos do RPPS para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

Rua Padre Jacinto, 16 – Centro - Divinópolis/MG - CEP 36.546-000

CNPJ: 18.128.280/0001-83

- r) Receitas Primárias (COM FONTES RPPS):** Corresponde às estimativas de Receitas Primárias do RPPS, ou seja, apenas as receitas primárias com fontes de recursos vinculadas ao RPPS, para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois exercícios seguintes.
- s) Despesa Total (COM FONTES RPPS):** Registra os valores estimados para as despesas totais do RPPS para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes. Neste item, devem ser consideradas apenas as despesas custeadas com fontes de recursos do RPPS.
- t) Despesas Primárias (COM FONTES RPPS):** Registra os valores estimados para as Despesas Primárias do RPPS para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes.
- u) Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha:** Registra as expectativas de Resultado Primário para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes. Essa linha é o resultado das Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I) menos as Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II) e indica se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.
- v) Resultado Primário (COM RPPS) – Acima da Linha:** Corresponde às expectativas de Resultado Primário consolidado do ente, inclusive com seu RPPS, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes. Essa linha é o resultado das Receitas Primárias menos as Despesas Primárias somado ao resultado das Receitas Primárias do RPPS menos as Despesas Primárias do RPPS.
- w) Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS):** Registra os valores estimados, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes, para os recursos decorrentes de aplicações financeiras derivadas de créditos ou remunerações oriundas de eventuais disponibilidades de caixa, bem como as variações monetárias associadas a tais recursos, que correspondem à variação patrimonial aumentativa proveniente de variações da nossa própria moeda em relação aos índices ou coeficientes aplicáveis por dispositivo legal ou contratual. Ressalta-se que será tratada como variação monetária apenas a correção monetária pós-fixada. São registradas nessa linha as estimativas para as variações positivas apuradas no período de créditos a receber decorrentes da aplicação de taxas de juros e encargos de mora sobre empréstimos e financiamentos internos e externos concedidos, bem como as respectivas variações monetárias de tais operações.

Também são considerados nessa linha as estimativas para os aumentos de haveres financeiros, apurados no período, decorrentes da remuneração das disponibilidades de caixa ou das aplicações financeiras do ente.

- x) Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS):** Registra os valores estimados, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes, para a estimativa das variações patrimoniais diminutivas decorrentes de juros e encargos



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÉSIA

Rua Padre Jacinto, 16 – Centro - Divinópolis/MG - CEP 36.546-000
CNPJ: 18.128.280/0001-83

incidentes sobre passivos classificados como DC, tais como, operações de crédito e empréstimos e financiamentos contraídos com pessoas jurídicas de direito público ou privado. Compreende também a estimativa para a variação patrimonial diminutiva proveniente de variações da nossa própria moeda em relação aos índices ou coeficientes aplicáveis por dispositivo legal ou contratual. Será tratada como variação monetária apenas a correção monetária pós-fixada. Não são consideradas as previsões para os valores de juros, encargos e variações monetárias incidentes sobre passivos que não integram a DC, tais como fornecedores a pagar.

y) Dívida Pública Consolidada (DC): Compreende os valores esperados para a do exercício financeiro a que Dívida Pública Consolidada se refere a LDO e, também, para os dois exercícios seguintes.

Conforme disposto no art. 29 da LRF, a dívida pública consolidada ou fundada constitui-se no montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. As operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento também integram a dívida pública consolidada. Não inclui as dívidas do RPPS do ente, cujo serviço (juros, encargos e amortização) seja custeado com recursos próprios do RPPS.

z) Dívida Consolidada Líquida (DCL): Registra os valores esperados para a do exercício financeiro a que Dívida Consolidada Líquida se refere a LDO e, também, para os dois exercícios seguintes. Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados. Não inclui a disponibilidade de caixa e os demais haveres financeiros do RPPS do ente.

aa) Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo do Linha: Registra os valores esperados para o Resultado Nominal do exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes.

Pela metodologia abaixo da linha, o resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida (DCL) em 31 de dezembro do exercício anterior em relação ao saldo da DCL apurado em 31 de dezembro do exercício de referência. Caso o ente federativo não possua dívida consolidada, ou seja, sua DC seja igual a zero, o resultado nominal abaixo da linha será calculado apenas com base na variação dos estoques de disponibilidades financeiras do ente, ou seja, representará a diferença entre o saldo das “DEDUÇÕES” em 31 de dezembro do exercício anterior em relação ao apurado em 31 de dezembro do exercício de referência.

1.2. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITAS

Para o cálculo das metas descritas no Demonstrativo das Metas Anuais foi considerado que,



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÉZIA
Rua Padre Jacinto, 16 – Centro - Divinópolis/MG - CEP 36.546-000
CNPJ: 18.128.280/0001-83

diversas receitas possuem correlação com variáveis do cenário macroeconômico, que incluem a expectativa da atividade econômica medida pelo Produto Interno Bruto (PIB), do índice de preços (inflação) (IPCA) e da taxa básica de juros da economia (SELIC), divulgados pelo relatório Focus do Banco Central do Brasil, conforme tabela abaixo.

Parâmetros Macroeconômicos				
Variáveis	2026	2027	2028	2029
<i>IPCA (variação %)</i>	4,36	3,85	3,6	3,5
<i>PIB Total (variação % sobre ano anterior)</i>	1,85	1,8	2	2
<i>Selic (% a.a)</i>	12,50	10,5	10	9,75
<i>IGP-M (variação %)</i>	3,73	4	3,85	3,75
<i>Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 02/04/2026</i>				

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DA DESPESA

A projeção das despesas para o triênio 2027 – 2029 foi trabalhada em grandes agregados, norteadas pela ótica econômica da sua classificação, compreendendo os seguintes grupos: Pessoal e Encargos; Juros e Encargos; Outras Despesas Correntes; Investimento; Inversão Financeira e Amortização da Dívida. Inclui-se nesta estrutura o montante destinado à Reserva de Contingência, com a finalidade de promover a cobertura de despesas identificadas como Passivos Contingentes e Riscos Fiscais.

Para efetuar o cálculo em valores Correntes e Constantes, os valores foram corrigidos com base nas variações previstas para o Índice de Selic, destacados na tabela acima.

2. Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025, estabeleceu as metas fiscais para o triênio de 2025-2027, conforme a metodologia do MDF vigente à época, e as diretrizes para elaboração e execução do orçamento referente ao exercício de 2025.

O valor do resultado primário apurado pelo conceito “abaixo da linha”, desconsiderando o impacto dos valores do RPPS do ente, sendo compatível com os valores apurados “acima da linha”. Esse resultado é obtido subtraindo a conta de juros do resultado nominal.

3. Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

De acordo com o inciso II, § 2º, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, compõe, ainda, o Anexo de Metas Fiscais, o comparativo das Metas Anuais fixadas nos três exercícios anteriores com as projetadas para os três exercícios subsequentes.

O objetivo do demonstrativo é dar transparência às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal do município, de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combinando



execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas.

4. Evolução do Patrimônio Líquido

O conceito de Patrimônio Líquido está vinculado ao de Patrimônio Público. O MCASP item 02.03.00, ao tratar da composição do patrimônio, estabelece o conceito de Patrimônio Público como segue:

Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

O mesmo Manual afirma, ainda, que o patrimônio público é composto pelo Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, conforme segue:

1. Ativo – compreende os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços;
2. Passivo – compreende as obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
3. Patrimônio Líquido, Saldo Patrimonial ou Situação Líquida Patrimonial – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

Assim, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial.

4. Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Em continuidade à demonstração da evolução do patrimônio líquido, deve ser destacada, segundo o inciso III do § 2º do art. 4 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

É importante ressaltar o disposto no art. 44 da LRF, segundo o qual é vedada a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei ao Regime Geral Previdência Social ou aos de RPPS.

A LRF estabeleceu esse artigo objetivando preservar o patrimônio público, de forma a impedir



que os valores provenientes da alienação de bens cubram despesas que deveriam ser suportadas por receitas correntes de forma a evitar que haja a dilapidação do patrimônio público. Todavia, o que se quer é impedir a alienação de bens sem contrapartida de novos investimentos.

5. Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS

Este demonstrativo tem por objetivo apresentar os resultados da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores civis ativos, aposentados e pensionistas da União, posicionada em 31 de dezembro de 2025, data focal para o cálculo do valor atual dos compromissos futuros do plano de benefícios, das necessidades de custeio e apuração do resultado atuarial.

Cumprir destacar que o município de Divinópolis não possui na sua estrutura administrativa o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), logo, não há informações a serem apresentadas.

6. Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 14, § 1º estabelece: “a renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado”.

Na mesma norma se define também que a concessão ou ampliação de incentivo fiscal do qual decorra renúncia de receita deve atender alternativamente a um dos seguintes critérios: estar prevista na projeção orçamentária constante das metas fiscais estipuladas ou, em caso negativo, ser acompanhada de medida de compensação, de forma a não comprometer tais metas.

Não há, no momento, previsão de renúncias de receita para os exercícios de 2027 a 2029. Caso venham a ocorrer deverão ser observadas as determinações dos artigos 15 e 16 da LRF, onde está estabelecido que novas renúncias de receita só serão efetivadas após a execução de ações compensatórias.

7. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A Lei Complementar n.º 101/2000, LRF, define no art. 17 despesa obrigatória de caráter continuado (DOCC) como "a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios”.

O objetivo do Demonstrativo é dar transparência às novas DOCC previstas, se estão cobertas por aumento permanente de receita e redução permanente de despesa, para avaliação do impacto nas metas fiscais estabelecidas pelo ente além de orientar a elaboração da LOA considerando o montante das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado concedidas.

RECEITA PROJETADA X DESPESA PROJETADA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÉSIA

Endereço: RUA PADRE JACINTO, 16, CENTRO, DIVINÉSIA - MG

CNPJ: 18.128.280/0001-83 Telefone: (32) 3535-1600 E-mail: prefeitura@divinesia.mg.gov.br

Total de Receitas

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

	Previsão		
	2027	2028	2029
RECEITAS CORRENTES	43.520.500,00	47.872.550,00	52.540.120,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.117.526,27	3.429.276,49	3.763.630,95
Contribuições	429.697,21	472.666,93	518.751,96
Receitas Patrimoniais	588.332,60	647.165,86	710.264,50
Receitas de Valores Mobiliários	588.332,60	647.165,86	710.264,50
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	27.615,01	30.378,90	33.338,22
Receitas de Serviços	244.851,29	269.336,42	295.596,62
Transferências Correntes	39.109.121,18	43.020.033,32	47.214.485,69
Outras Receitas Correntes	3.356,44	3.692,08	4.052,06
Outras Receitas Financeiras	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	8.000.000,00	7.000.000,00	7.000.000,00
TOTAL	51.520.500,00	54.872.550,00	59.540.120,00

Total de Despesas

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

	Previsão		
	2027	2028	2029
DESPESAS CORRENTES	42.165.417,66	45.308.959,43	49.101.154,35
Pessoal e Encargos	20.296.784,35	21.676.462,79	23.092.417,92
Juros e Encargos da Dívida	123.000,00	130.000,00	150.000,00
Outras Despesas Correntes	21.745.633,31	23.502.496,64	25.858.736,43
DESPESAS DE CAPITAL	9.305.082,34	9.513.590,57	10.388.965,65
Investimentos	8.635.082,34	8.993.590,57	9.538.965,65
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Contratada	670.000,00	520.000,00	850.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	50.000,00
TOTAL	51.520.500,00	54.872.550,00	59.540.120,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÉSIA

Endereço: RUA PADRE JACINTO, 16, CENTRO, DIVINÉSIA - MG

CNPJ: 18.128.280/0001-83 Telefone: (32) 3535-1600 E-mail: prefeitura@divinesia.mg.gov.br

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS 2027

ESPECIFICAÇÃO	2027				2028				2029			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/ RCL) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/ RCL) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/ RCL) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	51.520.500	46.624.887	0,00	118,38	54.872.550	54.624.258	0,00	114,62	59.540.120	65.049.602	0,00	113,32
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	49.732.167	45.006.486	0,00	114,27	53.925.384	53.681.378	0,00	112,64	58.829.856	64.273.614	0,00	111,97
Receitas Primárias Correntes	42.932.167	38.852.640	0,00	98,65	47.225.384	47.011.695	0,00	98,65	51.829.856	56.625.876	0,00	98,65
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.117.526	2.821.291	0,00	7,16	3.429.276	3.413.759	0,00	7,16	3.763.631	4.111.895	0,00	7,16
Transferências Correntes	39.109.121	35.392.870	0,00	89,86	43.020.033	42.825.373	0,00	89,86	47.214.486	51.583.428	0,00	89,86
Demais Receitas Primárias Correntes	705.520	638.480	0,00	1,62	776.074	772.563	0,00	1,62	851.739	930.554	0,00	1,62
Receitas Primárias de Capital	6.800.000	6.153.846	0,00	15,62	6.700.000	6.669.683	0,00	14,00	7.000.000	7.647.738	0,00	13,32
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	51.520.500	46.624.887	0,00	118,38	54.872.550	54.624.258	0,00	114,62	59.540.120	65.049.602	0,00	113,32
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	53.412.154	48.336.791	0,00	122,73	57.175.670	56.916.956	0,00	119,43	61.781.169	67.498.024	0,00	117,59
Despesas Primárias Correntes	42.092.418	38.092.686	0,00	96,72	45.228.959	45.024.304	0,00	94,48	49.001.154	53.535.424	0,00	93,26
Pessoal e Encargos Sociais	20.296.784	18.368.131	0,00	46,64	21.676.463	21.578.379	0,00	45,28	23.092.418	25.229.250	0,00	43,95
Outras Despesas Correntes	21.795.633	19.724.555	0,00	50,08	23.552.497	23.445.924	0,00	49,20	25.908.736	28.306.174	0,00	49,31
Despesas Primárias de Capital	8.635.082	7.814.554	0,00	19,84	8.993.591	8.952.896	0,00	18,79	9.538.966	10.421.644	0,00	18,16
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	2.684.654	2.429.552	0,00	6,17	2.953.120	2.939.757	0,00	6,17	3.241.049	3.540.956	0,00	6,17
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	-3.679.987	-3.330.305	0,00	-8,46	-3.250.286	-3.235.579	0,00	-6,79	-2.951.314	-3.224.410	0,00	-5,62
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	-3.679.987	-3.330.305	0,00	-8,46	-3.250.286	-3.235.579	0,00	-6,79	-2.951.314	-3.224.410	0,00	-5,62
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	588.333	532.428	0,00	1,35	647.166	644.238	0,00	1,35	710.265	775.988	0,00	1,35
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	123.000	111.312	0,00	0,28	130.000	129.412	0,00	0,27	150.000	163.880	0,00	0,29
Dívida Pública Consolidada (DC)	-51.164	-46.302	0,00	-0,12	-628.280	-625.437	0,00	-1,31	-1.622.413	-1.772.541	0,00	-3,09
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-4.624.972	-4.185.495	0,00	-10,63	-5.659.469	-5.633.861	0,00	-11,82	-7.144.143	-7.805.218	0,00	-13,60
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	1.109.477	1.004.052	0,00	2,55	1.034.497	1.029.816	0,00	2,16	1.484.673	1.622.056	0,00	2,83

Parâmetros Macroeconômicos

Variações	2026	2027	2028	2029
IPCA (variação %)	4,36	3,85	3,6	3,5
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	1,85	1,8	2	2
Selic (% a.a)	12,50	10,5	10	9,75
IGP-M (variação %)	3,73	4	3,85	3,75
Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 02/04/2026				

	2026	2027	2028	2029
Receita Corrente Líquida	39.385.065,89	43.520.500,00	47.872.550,00	52.540.120,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÉSIA
Endereço: RUA PADRE JACINTO, 16, CENTRO, DIVINÉSIA - MG
CNPJ: 18.128.280/0001-83
Telefone: (32) 3535-1600 E-mail: prefeitura@divinesia.mg.gov.br

Parâmetros Macroeconômicos				
Variáveis	2026	2027	2028	2029
IPCA (variação %)	4,36	3,85	3,60	3,50
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	1,85	1,80	2,00	2,00
Selic (% a.a)	12,50	10,50	10,00	9,75
IGP-M (variação %)	3,73	4,00	3,85	3,75

Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 02/04/2026

Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 02/04/2026

Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 02/04/2026

Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 02/04/2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2027

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, atr. 4, §2, inciso I)								
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2025 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizada em 2025 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	33.251.511	0,00%	112,90%	38.222.039	0,00%	95,06%	4.970.528	14,95%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	32.880.001	0,00%	111,64%	37.775.267	0,00%	94,00%	4.895.266	14,89%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	33.251.511	0,00%	112,90%	36.903.672	0,00%	95,06%	3.652.161	10,98%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	32.712.244	0,00%	111,07%	36.061.252	0,00%	93,52%	3.349.008	10,24%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	167.757	0,00%	0,57%	1.714.015	0,00%	4,90%	1.546.258	921,72%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	167.757	0,00%	0,57%	1.714.015	0,00%	4,90%	1.546.258	921,72%
Dívida Pública Consolidada (DC)	591.005	0,00%	2,01%	1.390.065	0,00%	3,97%	799.060	135,20%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-1.147.263	0,00%	-3,90%	-2.289.218	0,00%	-3,28%	-1.141.955	99,54%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	455.614	0,00%	1,55%	12.587	0,00%	0,04%	-443.027	-97,24%

	2025	2025
Receita Corrente Líquida	29.451.511,00	34.980.149,70

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÉSIA

Endereço: RUA PADRE JACINTO, 16, CENTRO, DIVINÉSIA - MG

CNPJ: 18.128.280/0001-83

Telefone: (32) 3535-1600 E-mail: prefeitura@divinesia.mg.gov.br

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2027

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	32.221.086	33.251.511	3,20%	38.614.658	16,13%	51.520.500	33,42%	54.872.550	6,51%	59.540.120	8,51%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	31.888.177	32.880.001	3,11%	37.491.748	14,03%	49.732.167	32,65%	53.925.384	8,43%	58.829.856	9,09%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	32.221.086	33.251.511	3,20%	38.614.658	16,13%	51.520.500	33,42%	54.872.550	6,51%	59.540.120	8,51%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	31.837.892	32.712.244	2,75%	37.679.493	15,18%	53.412.154	41,75%	57.175.670	7,05%	61.781.169	8,05%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0	0	-100,00%	0	-100,00%	0	-100,00%	0	-100,00%	0	-100,00%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0	0	-100,00%	0	-100,00%	0	-100,00%	0	-100,00%	0	-100,00%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0	0	-100,00%	0	-100,00%	0	-100,00%	0	-100,00%	0	-100,00%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0	0	-100,00%	0	-100,00%	0	-100,00%	0	-100,00%	0	-100,00%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	50.285	167.757	233,61%	-187.745	-211,91%	-3.679.987	1860,10%	-3.250.286	-11,68%	-2.951.314	-9,20%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	50.285	167.757	233,61%	-187.745	-211,91%	-3.679.987	1860,10%	-3.250.286	-11,68%	-2.951.314	-9,20%
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.411.718	591.005	0,00%	623.698	5,53%	-51.164	-108,20%	-628.280	1127,98%	-1.622.413	158,23%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-691.649	-1.147.263	65,87%	-3.515.495	206,42%	-4.624.972	31,56%	-5.659.469	22,37%	-7.144.143	26,23%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0	455.614	0,00%	2.368.232	419,79%	1.109.477	-53,15%	1.034.497	-6,76%	1.484.673	43,52%

FONTE: Secretaria Municipal de Fazenda

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	41.649.781	37.407.950	-10,18%	38.614.658	3,23%	46.624.887	20,74%	45.144.015	-3,18%	44.632.397	-1,13%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	41.219.455	36.990.001	-10,26%	37.491.748	1,36%	45.006.486	20,04%	44.364.775	-1,43%	44.099.970	-0,60%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	41.649.781	37.407.950	-10,18%	38.614.658	3,23%	46.624.887	20,74%	45.144.015	-3,18%	44.632.397	-1,13%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	41.154.455	36.801.275	-10,58%	37.679.493	2,39%	48.336.791	28,28%	47.038.807	-2,69%	46.312.330	-1,54%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0	0	-100,00%	0	-100,00%	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0	0	-100,00%	0	-100,00%	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0	0	-100,00%	0	-100,00%	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0	0	-100,00%	0	-100,00%	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	65.000	188.727	190,35%	-187.745	-199,48%	-3.330.305	1673,84%	-2.674.032	-19,71%	-2.212.360	-17,26%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	65.000	188.727	190,35%	-187.745	-199,48%	-3.330.305	1673,84%	-2.674.032	-19,71%	-2.212.360	-17,26%
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.824.822	664.881	0,00%	623.698	-6,19%	-46.302	-107,42%	-516.890	1016,34%	-1.216.191	135,29%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-894.043	-1.290.671	44,36%	-3.515.495	172,38%	-4.185.495	19,06%	-4.656.083	11,24%	-5.355.384	15,02%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0	455.614	0,00%	2.368.232	419,79%	1.109.477	-53,15%	1.034.497	-6,76%	1.484.673	43,52%

FONTE: Secretaria Municipal de Fazenda

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

Índices de Inflação	2024	2025	2026	2027	2028	2029
	12,15	14,90	12,50	10,50	10,00	9,75

Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 02/04/2026

AMF/Tabela 4 - DEMONSTRATIVO 4 – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÉSIA
Endereço: RUA PADRE JACINTO, 16, CENTRO, DIVINÉSIA - MG
CNPJ: 18.128.280/0001-83
Telefone: (32) 3535-1600 E-mail: prefeitura@divinesia.mg.gov.br

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2027

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultado Acumulado	20.382.770,42	100,00%	20.700.690,74	100,00%	15.834.820,56	100,00%
TOTAL	20.382.770,42	100,00%	20.700.690,74	100,00%	15.834.820,56	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL	0,00	100,00%	0,00	100,00%	0,00	100,00%

FONTE: Secretaria Municipal de Fazenda

AMF/Tabela 5 - DEMONSTRATIVO 5 – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÉSIA

Endereço: RUA PADRE JACINTO, 16, CENTRO, DIVINÉSIA - MG

CNPJ: 18.128.280/0001-83

Telefone: (32) 3535-1600 E-mail: prefeitura@divinesia.mg.gov.br

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2027

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2025 (a)	2024 (b)	2023 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	90.243,30	36.033,83	121.881,67
Alienação de Bens Móveis	87.751,00	36.000,00	121.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.492,30	33,83	881,67

DESPESAS EXECUTADAS	2025 (d)	2024 (e)	2023 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	230.861,79	341,00	188.932,60
DESPESAS DE CAPITAL	230.861,79	341,00	188.932,60
Investimentos	230.861,79	341,00	188.932,60
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO	2025 (g) = ((Ia - IIId) + IIIh)	2024 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2023 (i) = (Ic - IIIf)
VALOR (III)	-171.976,59	-31.358,10	-67.050,93

FONTE: Secretaria Municipal de Fazenda

AMF/Tabela 7 - DEMONSTRATIVO 7 – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÉSIA
Endereço: RUA PADRE JACINTO, 16, CENTRO, DIVINÉSIA - MG
CNPJ: 18.128.280/0001-83
Telefone: (32) 3535-1600 E-mail: prefeitura@divinesia.mg.gov.br

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2027

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2027	2028	2029	
TOTAL			0	0	0	

Fonte:

AMF/Tabela 8 - DEMONSTRATIVO 8 – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÉSIA

Endereço: RUA PADRE JACINTO, 16, CENTRO, DIVINÉSIA - MG

CNPJ: 18.128.280/0001-83

Telefone: (32) 3535-1600 E-mail: prefeitura@divinesia.mg.gov.br

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Valor Previsto para 2027

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

1,00

EVENTOS	2027
Aumento Permanente da Receita	4.569.652,50
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	4.569.652,50
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	4.569.652,50
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	4.569.652,50

FONTE: Secretaria Municipal de Fazenda



ANEXO III

RISCOS FISCAIS

LDO 2027



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027
ANEXO III
RISCOS FISCAIS

Em conformidade com o § 3º, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000) e com o disposto na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda de nº 699, de 07 de julho de 2023, os riscos fiscais do Município de Divinésia estão apresentados no Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências.

Cumpre esclarecer que às demandas judiciais já convertidas em precatórios, as mesmas não configuram riscos fiscais, uma vez que tratam de passivo já alocado no orçamento anual, conforme orienta a 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, conforme transcrição abaixo.

“As obrigações explícitas diretas do ente da Federação – inclusive os precatórios judiciais – devem ser reconhecidas, quantificadas e planejadas como despesas na Lei Orçamentária Anual e não constituem riscos fiscais; logo, não podem ser incluídas neste Anexo de Riscos Fiscais. Por se tratarem de passivos alocados no Orçamento, os precatórios não se enquadram no conceito de risco fiscal, conforme estabelecido no § 5º do art. 100 da Constituição Federal.”

ARF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÉSIA

Endereço: RUA PADRE JACINTO, 16, CENTRO, DIVINÉSIA - MG

CNPJ: 18.128.280/0001-83

Telefone: (32) 3535-1600 E-mail: prefeitura@divinesia.mg.gov.br

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDENCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	0,00	Reserva de Contingência	50.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	50.000,00		0,00
SUBTOTAL	50.000,00	SUBTOTAL	50.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDENCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	0,00		0,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00

TOTAL	50.000,00	TOTAL	50.000,00
-------	-----------	-------	-----------